I CONGRESSO DE TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO

DIREITO, EDUCAÇÃO E METODOLOGIAS TECNOLÓGICAS DO CONHECIMENTO

D598
Direito, educação e metodologias tecnológicas do conhecimento [Recurso eletrônico on-line] organização I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito – Belo Horizonte;

Coordenadores: Anacélia Santos Rocha, Maria Carolina Ferreria Reis e Caio Augusto Souza Lara – Belo Horizonte, 2017.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-659-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: O problema do acesso à justiça e a tecnologia no século XXI

1. Direito. 2. Tecnologia. 3. Educação. I. I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito (1:2018 : Belo Horizonte, BH).

CDU: 34

I CONGRESSO DE TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO

DIREITO, EDUCAÇÃO E METODOLOGIAS TECNOLÓGICAS DO CONHECIMENTO

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos os trabalhos científicos incluídos nesta publicação, que foram apresentados durante o I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito nos dias 14 e 15 de junho de 2018. As atividades ocorreram nas dependências da Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte-MG, e tiveram inspiração no tema geral "O problema do acesso à justiça e a tecnologia no século XXI".

O evento foi uma realização do Programa RECAJ-UFMG – Solução de Conflitos e Acesso à Justiça da Faculdade de Direito da UFMG em parceria com o Direito Integral da Escola Superior Dom Helder Câmara. Foram apoiadores: o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI, EMGE – Escola de Engenharia, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Federação Nacional dos Pós-graduandos em Direito – FEPODI e o Projeto Startup Dom.

A apresentação dos trabalhos abriu caminho para uma importante discussão, em que os pesquisadores do Direito, oriundos de dez Estados diferentes da Federação, puderam interagir em torno de questões teóricas e práticas, levando-se em consideração a temática central do grupo. Foram debatidos os desafios que as linhas de pesquisa enfrentam no tocante ao estudo do Direito e sua relação com a tecnologia nas mais diversas searas jurídicas.

Na coletânea que agora vem a público, encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Pós-graduação em Direito, nos níveis de Mestrado e Doutorado, e, principalmente, pesquisas oriundas dos programas de iniciação científica, isto é, trabalhos realizados por graduandos em Direito e seus orientadores. Os trabalhos foram rigorosamente selecionados, por meio de dupla avaliação cega por pares no sistema eletrônico desenvolvido pelo CONPEDI. Desta forma, estão inseridos no universo das 350 (trezentas e cinquenta) pesquisas do evento ora publicadas, que guardam sintonia direta com este Grupo de Trabalho.

Agradecemos a todos os pesquisadores pela sua inestimável colaboração e desejamos uma ótima e proveitosa leitura!

O ENSINO JURÍDICO SOB À LUZ DAS NOVAS METODOLOGIAS: A TECNOLOGIA DOS APLICATIVOS DIGITAIS PARA O ESTUDO DO DIREITO.

LEGAL TEACHING TOWARDS A NEW METHODOLOGY: THE DIGITAL APP TECHNOLOGY FOR THE LAW STUDYING.

Melissa dos Santos Silva Araújo [1]

Resumo

O objetivo do presente resumo é trazer a breve explanação sobre o ensino jurídico através de novas metodologias, com destaque para a metodologia dos aplicativos digitais. Para isso, recorrer-se-á ao resumo histórico do ensino jurídico no Brasil e as metodologias adotadas, demonstrando a influência do sistema econômico no desenvolver da matriz da experiência jurídica acadêmica. Além disso, serão demonstradas algumas formas pelas quais os aplicativos digitais contribuem para a formação do jurista brasileiro durante sua trilha curricular, trazendo, ainda, o Saraiva Soluções de Aprendizagem como exemplo de aplicativo ofertado ao alunos de Direito.

Palavras-chave: Direito e tecnologia, Metodologia, Ensino jurídico, Aplicativo digital, Saraiva soluções de aprendizagem

Abstract/Resumen/Résumé

The purpose of this summary is to bring the brief explanation about legal teaching through new methodologies, with emphasis on the technology of digital applications. For this, the historical summary of legal education in Brazil and the methodologies adopted will be presented, demonstrating the influence of the economic system in developing the matrix of academic legal experience. In addition, it will demonstrate some ways which digital app can contribute for the formation of the Brazilian jurist during their curricular track, bringing Saraiva Soluções de Aprendizagem as an example of an app offered for the Law students.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Law and technology, Methodology, Legal teaching, Digital application, Saraiva soluções de aprendizagem

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

1. Introdução

O ensino jurídico brasileiro passou por diversas metodologias durante a construção dos métodos educativos atualmente utilizados, mantendo-se em constante adaptação orientadas pelas mais variadas motivações. Nesse viés, observa-se que a matriz curricular das disciplinas do Direito molda-se de acordo com o contexto histórico e possui forte influência sócio-econômica, fato que pode gerar diversas reflexões acerca das consequências de tal influência.

Com a chegada das novas tecnologias de digitais e acesso à rede por diversos meios, o ensino jurídico também foi afetado diretamente, sendo este fato um reflexo explícito da digitalização e do volumoso alcance tecnológico, atingindo principalmente os jovens de meia idade.

O presente artigo visa demonstrar, de maneira não exauriente, como a tecnologia influencia o caminho trilhado por um acadêmico de Direito e, ainda, explicitar as novas metodologias trazidas por meio dos aplicativos digitais, argumentando pela benéfica influência desses meios para o ensino jurídico. Durante décadas de influência direta dos governos e do sistema econômico nas cadeiras jurídicas, a aplicação de novas metodologias por meio da tecnologia aponta uma liberdade acadêmica, ampliando os horizontes das metodologias aplicadas ao universo jurídico e possibilitando o alcance a todos os âmbitos dos institutos jurídicos.

Salientando as novas metodologias e a contribuição destas para o ensino jurídico, dar-se-á enfoque ao aplicativo digital chamado Saraiva Soluções de Aprendizagem, o qual têm demonstrado grandes influências na trajetória acadêmica do aluno durante o ensino superior, observado contínuo impacto no aprendizado jurídico.

Por fim, será exibido, por meio do Saraiva Soluções de Aprendizagem, os benefícios ligados ao uso da aplicação por professores em interações com os alunos, obtendo dados muito importantes para a avaliação e termômetro das aulas, bem como um ótimo demonstrador das necessidades implícitas dos alunos, sendo todas as informações obtidas meio de dados e relatórios emitidos pela plataforma digital.

2. Breve histórico do ensino jurídico no Brasil

Elucidar acerca das metodologias utilizadas durante a história do ensino do Direito no Brasil acompanha os momentos da teoria política, caminhando ao lado dos sistemas

econômicos e da necessidade de formar-se juristas contextualizados e alinhados à expectativa da sociedade refletida pela situação sócio-econômica à época. Destaca-se, então, que a metodologia jurídica acompanhou os modelos Liberal, Social e Neoliberal de Estado. (MARTÍNEZ, 2006)

Nesse sentido, passa-se então à apresentação das metodologias pelas quais faz-se necessário perpassar para ilustrar a influência da tecnologia dos aplicativos digitais no ensino jurídico.

A tendência liberal evidenciou-se em meados de 1820, quando a Carta de Lei definiu a estrutura curricular una, pela qual determinou-se que o penúltimo ano do curso de Direito deveriam destinar-se ao estudo do Direito Civil e Comercial, bem como o último ano deveria ser empregado no estudo de economia política e prática processual. Como reflexo automático da nova base curricular do curso de Direito, alterou-se o mecanismo impulsionador da época, aproximando-o bastante das relações cívico econômicas. Tornou-se claramente perceptível que o ensino jurídico atrelou-se aos conteúdos curriculares da livre economia. Ainda, cumpre-se destacar o fato de o direcionamento privatista das grades curriculares dos cursos de Direito influenciar na formação jurídica dos operadores do Direito, dando origem, oportunamente, ao termo "fábrica de bacharéis", refletindo a reprodução contínua de aplicadores do direito enviesados ao modelo liberal (BASTOS, 2000).

Em meados de 1930, época em que o Brasil passava por momentos distintos do contexto Liberal, acentua-se a principal reforma educacional promovida à época. A chamada Reforma Francisco Campos institucionalizou a figura da universidade no Brasil, com intuito nítido de inovar os ideais passados. O sentimento geral traduzia-se na crença na educação como impulso transformador e tal fato ecoou na criação de mais cursos de Direito por todo o país. Com o passar dos anos, a pressão para a adoção de uma "nova didática", com maior proximidade à sociedade e com inspirações nas metodologias americanas - o sistema de casos - apontou as necessidades sociais reais. No entanto, após alguns anos, o autoritarismo militar direcionou as possibilidades de alteração na estrutura curricular dos cursos de Direito, fazendo com que os anseios sociais enfatizados fossem orientados na direção ditada pelo governo (BASTOS, 2000). À época, tornou-se interessante ao governo sustentar o milagre econômico por meio de termos técnicos e, para isso, as mais numerosas cadeiras estudantis foram utilizadas para tal, aliado ao controle crítico e enviesado. Alguns autores destacam o período da ditadura militar no Brasil como um dos maiores momentos de crise do ensino

jurídico brasileiro na história, ligado diretamente ao controle de produção e pensamento crítico (DANTAS, 1955).

O advento da Constituição de 1988 ancorou diversos direitos fundamentais e garantias individuais, fato que proporcionou mudanças substanciais no ensino jurídico, favorecidas, também, pelo campo democrático. A dúvida, no entanto, circundava no receio da saturação do mercado profissional, pois a formação de profissionais "em massa" trazia dúvida quanto à capacidade profissional dos juristas como um todo (MELO FILHO, 1993). No entanto, com a possibilidade de livres discussões e realização de debates amplos sobre os pontos críticos do ensino jurídico e do exercício jurisdicional, o processo de auto-análise gerou diversos frutos para que o ensino jurídico não findasse como prejudicado pelas consequências das marcas históricas governamentais.

A avaliação da função social dos indivíduos formados em Direito sobrelevou a necessidade de um ensino jurídico com qualidade, por meio de metodologias adequadas e não enviesadas pelo poder governamental. Diante de tais reflexões e avaliações, observou-se a premência de estabelecer-se parâmetros reguladores do ensino jurídico. Assim, nasceram as diversas portarias que abordam os requisitos mínimos necessários ao estudo do Direito, abordando a obrigação de departamentos de âmbitos variados, com cadeiras indispensáveis, evidenciando, ainda a primordialidade da existência dos Núcleos de Prática Jurídica. (MARTÍNEZ, 2006)

Em breve histórico, é possível observar a adaptabilidade das grades curriculares dos cursos de Direito, trazendo à baila o projeto pedagógico resultante de tantos aprendizados históricos, que, mesmo ainda precisando de ajustes e adequações mais específicas, mostra-se comprometido com a formação de alto nível dos futuros juristas do Brasil.

3. A tecnologia dos aplicativos digitais aplicadas ao estudo do Direito

À medida que a era da digitalização fortaleceu-se, diversos âmbitos da rotina dos indivíduos foram afetados, incorporando aos afazeres diários as novas tecnologias, novos aparelhos e novos métodos de compartilhar o conhecimento.

Nesse viés, ao ensino jurídico, similarmente, foram incorporadas diversas metodologias pelas quais os alunos podem acessar conteúdos, aulas, exercícios e avaliações. Essa incorporação deve-se também à mudança do perfil do aluno das escolas de Direito,

tendo delineado o perfil com maior declinação às tecnologias e aderência aos aparelhos que permitem acesso remoto a diversos conteúdos.

A adaptação às tecnologias acompanhou a metodologia de muitos professores, adaptando suas aulas ao modelo digital e demonstrando maior funcionalidade de sistemas de rede de integração da turma. Tal fato surte efeitos significativos, visto que a aproximação dos métodos de ensino aos mecanismos utilizados pelos alunos em suas atividades rotineiras integra de maneira muito positiva ao ensino jurídico e ao aproveitamento acadêmico em si.

Essa realidade traz à colação a utilização dos aplicativos digitais, pelos quais os alunos acessam conteúdos, vídeo aulas, exercícios e simulados de maneira prática e com aparelhos que estão ao alcance das mãos. Além disso, o canais de conteúdo acessados por meio de vídeos ou gravações de voz agregam ao ensino jurídico de maneira muito benéfica aos alunos, com reflexo direto, em muitos casos, à qualidade das aulas.

Como caso modelo de aplicativo integrativo ao ensino jurídico, exemplificar-se-á citando o Saraiva Soluções de Aprendizagem[1], aplicativo digital pelo qual são ofertados aos alunos exercícios e simulados, além do acesso à biblioteca digital. Além disso, nessa plataforma digital são traçadas trilhas a fim de que os alunos perpassem por todas as matérias e consigam focar, com maior reparo, nas disciplinas que apresentam maior defasagem.

A utilização do aplicativo mostra-se de maneira muito proveitosa ao ensino jurídico pois, por meio dessa plataforma, o aluno soluciona exercícios, encontrando explicações e comentários para as questões sempre que sentir algum tipo de dificuldade. Caminhando pela trilha traçada e personalizada à medida que o acadêmico interage com o aplicativo, o acadêmico encontra questões de todas as disciplinas podendo, ainda, realizar simulados contendo matérias específicas, arquitetando também o plano acadêmico que deseja dar enfoque.

Ressalta-se, ainda, a interação direta dos professores com suas turmas, permitindo a análise direta dos dados e resultados obtidos pelos alunos, bem como a elaboração de simulados avaliativos específicos direcionados a determinados temas. Cumpre-se fundamental destacar a importância da interação acadêmica direta dos professores e alunos além da sala de aula, uma vez que tal relação particularizada pode-se tornar infrequente com o aumento das turmas e a fluidez das rotinas, principalmente à medida que os alunos alcançam períodos avançados do curso.

[1] http://ssa.editorasaraiva.com.br/

Em meio a tantos aplicativos dedicados à difusão de conteúdo jurídico e ao auxílio ao aluno em sua trajetória acadêmica, diversas são as consequências geradas por meio de tal acesso. De maneira geral, a priori, acentua-se a extrema benesse ao ensino jurídico, uma vez que é proporcionado ao aluno um meio extra, pelo qual pode-se acessar o conteúdo jurídico que contribui ainda mais para a sedimentação do conteúdo.

4. **Conclusão**

A análise do breve histórico do ensino jurídico no Brasil evidencia a forte influência governamental e econômica sobre as metodologias utilizadas nas instituições acadêmicas de direito, restando demonstradas, inclusive, as consequências diretas do direcionamento excessivo do ensino na formação de profissionais da área jurídica.

O advento da tecnologia no universo acadêmico e aplicação direta dos meios digitais à metodologia mostrou-se como uma janela de ampliação de conhecimento e livre acesso às mais diversas áreas jurídicas, não limitando os alunos às matrizes enviesadas das cadeiras institucionais, como viveu-se nas décadas anteriores à Constituição de 1988 e nos períodos nos quais não influía a era digital.

Além disso, observou-se também uma adesão considerada dos professores aos meios digitais, gerando envolvimento dos alunos e simetria das informações obtidas, possibilitando debates críticos acerca da aplicabilidade sociais dos institutos legais e principiológicos do direito.

Tendo isso posto, conclui-se, por meio do aplicativo digital utilizado para ilustrar a situação fática, a supremacia do caráter benéfico do uso da tecnologia dos aplicativos empregados à metodologia do ensino jurídico, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a formação dos diversos indivíduos que exercem a atividade jurídica, observado o fato de proporcionar a ampla discussão e o acesso pleno à maioria das informações e argumentos aplicados ao debate jurídico. Nesse sentido, cabe ainda frisar a importância do envolvimento dinâmico entre professores e alunos por meio dos aplicativos digitais voltados para o ensino jurídico, uma vez que tal situação mostra-se demasiadamente frutífera para o ambiente de debate e do pensamento crítico, tendo ainda reflexo direto na sedimentação do conteúdo por parte do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil. 2. ed. RJ: Lumen Juris, 2000.

DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. Revista Forense, Rio de Janeiro, v.159, ano 52, p.449-459, maio/jun. 1955.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. A evolução do ensino jurídico no Brasil . Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 969, 26 fev. 2006.

MELO FILHO, Álvaro. Por uma revolução no ensino jurídico. Revista Forense, RJ, V.322, ano 89, p.9-15, abr./maio/junho. 1993.

Produto - Saraiva Solução de Aprendizagem. Disponível em: <http://ssa.editorasaraiva.com.br/produto/#proposta-ssa> Acesso em 03 mai 2018.